

# **Taylorismos, fordismos e toyotismos: as relações técnicas e sociais de produção configurando reestruturações produtivas\***

*Celia Regina Congilio Borges\*\**

## *Resumo:*

O propósito do artigo é evidenciar a convivência entre diferentes reestruturações produtivas no capitalismo contemporâneo. Buscou-se refletir sobre os "modelos" de ordenamento do trabalho e como promovem a difusão desigual das tecnologias, o que permite variações nas formas de controle sobre a ação produtiva e política dos trabalhadores.

Com a ascensão neoliberal, tornou-se corrente que parte da crise que assolava o capitalismo resultava de entraves colocados pelo funcionamento do mercado de trabalho. Deduzia-se que uma série de interferências, tais como os sindicatos, os salários mínimos, os seguros-desempregos e políticas do chamado *welfare state* retiravam flexibilidade do mercado de trabalho e, com isso, do mercado em geral, para se adaptar às exigências impostas pelas circunstâncias econômicas, sociais e tecnológicas contemporâneas.

Houve uma série de argumentos contra o excesso de regulação das relações entre capital e trabalho, responsabilizando-a pela perda de competitividade das empresas e, conseqüentemente, pelo desemprego em massa. Tornava-se premente "flexibilizar" o mercado de trabalho - cujo termo sugere, num primeiro aspecto, o propósito de facilitar os meios de contratação e demissão dos trabalhadores e baixar os custos dos encargos sociais.

O outro aspecto do termo flexibilização<sup>1</sup> associou a perda de competitividade das empresas ao sistema fordista. Dizia-se que os "aspectos rígidos", contidos na produção em massa (expressa na noção de que uma empresa deve fabricar apenas um tipo de produto) e na desqualificação do trabalhador, reprimiam as possibilidades trazidas pelas novas tecnologias, de engendrar diferentes produtos com os mesmos equipamentos. Esse aspecto tem associado flexibilização dos processos produtivos com polivalência e maior autonomia dos trabalhadores, uma vez que diferentes habilidades seriam exigidas e trariam rupturas com os métodos introduzidos por Frederic Taylor e aperfeiçoados por Henry Ford, quanto ao controle exercido pela divisão técnica do trabalho.

---

\* Artigo elaborado a partir da tese de doutorado *Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos*, defendida na PUC-SP em maio de 2004.

\*\* Professora de Ciência Política e pesquisadora do NEELS.

<sup>1</sup> Em geral, os dois aspectos são analisados como parte de um mesmo dispositivo, acionado pelo capitalismo em resposta a uma possível "crise do fordismo".

Muito embora essas idéias se manifestassem desde os princípios da crise capitalista, foi no seu auge, no início dos anos 80, que o desenvolvimento econômico registrado pelo Japão chamou a atenção do empresariado de diversos países capitalistas. Enquanto no Ocidente, a crise decorria do “engessamento das relações de trabalho” (pelas conquistas dos trabalhadores no pós-guerra e pelos “limites rígidos” da forma taylorista de produção), no Japão, tudo parecia diferente. Lá, ironiza Santos (2001: 13-14), existiam “sindicatos de empresa, sem tinturas classistas, capazes de fomentar o desenvolvimento nacional e, com isso, conduzir ao bem-estar do mundo do trabalho ao mesmo tempo em que ao capital”.

Desde então, o termo reestruturação produtiva tornou-se sinônimo de modernidade e nenhuma empresa poderia deixar de se adaptar às exigências colocadas pelos novos fluxos de competitividade. Enxugar, padronizar, toyotizar, produção flexível, entre outras, tornaram-se palavras-chaves nas novas formas de produzir. Diversos analistas apressaram-se em caracterizar os processos como crise do sistema fordista, e discorreram sobre os *novos paradigmas* de organização industrial. Um formidável conjunto de formulações apologéticas teceu comentários sobre a superior forma japonesa de produzir e invadiu não só o universo acadêmico, mas, também, as entidades sindicais, a mídia, os disseminados cursos de qualificação profissional, ministérios governamentais e grande parte das chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs).

Entre as diferentes teorizações que surgiram a respeito da “crise do fordismo” – e mesmo sem o aprofundamento de seus propósitos – é possível destacar uma de forte caráter ideológico: defensora da superioridade do liberalismo econômico e das reestruturações produtivas como formas de recuperação econômica, ela propõe correções à suposta rigidez contida nas formas social e técnica da produção e o livre fluxo das mercadorias. Junto às argumentações de cunho liberal, outra formulação apareceu nas considerações sobre a perda da centralidade do trabalho como organizador da vida social, graças às imensas possibilidades de tempo livre que as novas tecnologias trariam. Gorz (1987) e Offe (1989) destacam-se entre os autores mais significativos nas proposições de que a sociedade pós-industrial procederá da industrial. Para eles, as transformações estruturais provocadas pela aceleração do desenvolvimento das forças produtivas indicariam a “dissolução tendencial da sociedade do trabalho” (Braga, 1995:49).

Gorz, por exemplo, considera a possibilidade de que, no próprio capitalismo, seja possível criar uma nova solidariedade social que tenha como fundamento a repartição do tempo livre propiciado pelo avanço tecnológico. As teorizações do autor indicam que, mesmo numa economia de mercado, é possível eliminar o conflito entre as classes sociais, uma vez que os interesses combinam-se: produtividade crescente para atender os

mercados, com tempo livre, lazer e prosperidade para o conjunto da sociedade.

Antunes (1995:9) questionou as formulações de Gorz, tentando “oferecer, com o olhar situado neste canto particular de um mundo marcado por uma *globalidade desigualmente desarticulada*, alguns elementos e contornos básicos presentes neste debate”. Em suas conclusões, apresenta algumas “teses”, entre as quais duas são destacadas de forma resumida e consideradas, por ora, suficientes para demonstrar sua correta discordância com Gorz. Primeiro, os produtos criados por grandes empresas intensivas em tecnologia não são outra coisa senão mercadorias, cujo valor de troca resulta da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante. Como Antunes, conclui-se que, numa etapa do processo produtivo, a redução do tempo físico e a redução do trabalho manual direto não negam a lei do valor quando considerados a totalidade e a capacidade de trabalho socialmente combinado e o trabalhador coletivo (expressão das múltiplas atividades combinadas).

A segunda tese a ser destacada, contesta a formulação de Gorz, de que a perda de centralidade do trabalho pressupõe o fim das classes sociais, mesmo na prevalência da sociedade de mercado. Antunes rebate, afirmando que mesmo “heterogeneizada e fragmentada”, aquela que ele chama de “a classe que vive do trabalho” é ainda portadora das possibilidades de uma efetiva emancipação humana a partir das revoltas e rebeliões que se originam, *centralmente*, no seu âmago. Não será o fim do trabalho social (criador de valores de uso), mas o fim da exploração do trabalho mercantilizado (criador de valores de troca) o objetivo a ser perseguido pelos trabalhadores, se a finalidade for a superação do capital e a realização da “omnilateralidade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social” (Antunes, 1995:130).

Um outro grupo de teorizações críticas ao neoliberalismo, mas que expressa concordância com a “rigidez fordista”, chama a atenção. Trata-se das formulações da Escola de Regulação Francesa (ERF), com matriz em Aglietta (1986) e utilizadas amplamente por setores próximos à social-democracia -mas cujos fundamentos passaram a ser utilizados por aguerridos defensores do liberalismo em vigor e, também, por setores considerados de esquerda.

Para evitar extensas análises econômicas, tome-se as idéias centrais da ERF, que considera o Estado como mediador de certo “pacto” entre capital e trabalho, capaz de firmar compromissos e reformas humanistas, intermediados por ações institucionais e contratuais cada vez mais democráticas no capitalismo (Farias, 2000). Esta concepção deriva da interpretação das crises capitalistas como “insuficiência de demanda” por contração no crédito, o que contraria análises anteriormente realizadas por expoentes da ERF, que partiam dos pressupostos marxistas sobre a queda

tendencial da taxa de lucro (Bocchi,1999). Recuperam agora formulações da base keynesiana<sup>2</sup> e desenvolvem argumentações que atribuem a crise econômica às limitações do fordismo – agora, também, em crise – e às regulações mediadoras do “pacto social fordista”. A resolução da crise atual viria das possibilidades produtivas contidas nas novas tecnologias, desde que emergisse um novo pacto entre capital e trabalho.

Coriat (1990), admitindo os pressupostos acima, declara que o chamado modelo japonês, em seus elementos técnicos, apresenta continuidades do fordismo, mas deduz possibilidades de supressão da divisão entre planejamento e execução do trabalho. Acredita que, por apresentar uma maior unidade entre concepção e execução, o modelo japonês seria portador de maior democracia em relação ao *saber fazer operário*. Universalizado, o modelo poderia conduzir a uma nova escola de gestão da produção, sendo possível pensá-lo como alternativa ao taylorismo/fordismo. O desafio do ocidente seria conceber o modelo, desde que preservadas - por intermédio de “novos pactos sociais” - as formas históricas e culturais de representação e negociação praticadas na Europa do pós-guerra, pelo setor assalariado.

Contra os argumentos da ERF, precisamos lembrar que a reconstrução econômica do pós-guerra ocorreu no âmbito de uma nova divisão internacional do trabalho e de relações institucionais que permitiram ao Estado das maiores potências instituir meios para controlar a crise e reativar a produção, sem alterações profundas no princípio capitalista da livre-empresa.

O planejamento organicamente combinado de um tipo de organização tecnológica e de gestão administrativo-técnica, as formas de institucionalização de mecanismos ampliados de poder e os novos códigos morais representam aspectos de uma mesma totalidade, dirigida pelo capitalismo. Mas, ainda que o fordismo tenha se tornado um padrão produtivo generalizado ou mundializado, não pode ser considerado como a homogeneização de um “modelo puro”. Se por um lado requer, como previa Gramsci (1979), a “americanização” das condições sócio-culturais (adequando uma realidade local às exigências de um determinado regime de acumulação), por outro, o próprio ajusta-se às especificidades locais - o que permite considerar a existência de diferentes fordismos.

A partir das especificidades européias, mas obscurecendo o papel ideológico que exerceram (argumento forte em Gramsci), a Escola de Regulação Francesa identificou as relações do modo de produção capitalista, que emergiram no pós-guerra, como um pacto. Teriam vigorado “relações

---

<sup>2</sup> O keynesianismo refere-se à adoção das políticas sugeridas por Keynes, que propunham intervenção do Estado na vida econômica, sem, contudo, obstaculizar a autonomia das empresas. O desemprego seria solucionado pela intervenção estatal, com o direcionamento dos recursos do tesouro para atividades produtivas, redução das taxas de juros e incremento dos serviços públicos (para uma leitura crítica, ver Moraes, 1996).

sociais fordistas” e “acordos societais” que possibilitaram, ao Estado, atender demandas dos trabalhadores. Sob esta ótica, a crise capitalista contemporânea é atribuída mais à queda de produtividade (gerada por este pacto, causador de vários níveis de “inflexibilidades”, principalmente nas formas de realizar e de contratar o trabalho), do que à sua própria imanência - decorrente da contradição entre as “leis da tendência decrescente da taxa de lucro” e o próprio desenvolvimento das forças produtivas que, ao trocar trabalho vivo por trabalho objetivado, converte-se em barreira para o regime de acumulação capitalista (Marx, 1985). Às avaliações da ERF sobre a crise econômica contemporânea, Marx, provavelmente, responderia:

A superficialidade da economia política evidencia-se, entre outras coisas, na circunstância de ela considerar causas do ciclo industrial a expansão e a contração do crédito, simples sintoma das alternativas do ciclo industrial. Os corpos celestes lançados num determinado movimento, repetem-se sempre, e do mesmo modo se comporta a produção social uma vez projetada nesse movimento de expansão e contração alternadas. Efeitos se tornam, por sua vez, causas, e as alternativas de todo o processo, que reproduz sempre suas próprias condições, assumem a forma de periodicidade. Mas, isto só ocorre a partir do momento em que a indústria mecânica se enraizou tão profundamente que exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que, graças a essa indústria, o comércio exterior começa a avantajá-lo ao comércio interno; em que o mercado mundial se apossa sucessivamente de vastas regiões do Novo Mundo, da Ásia, da Austrália; em que, finalmente, as nações industriais que surgem na arena se tornam suficientemente numerosas. Só a partir desse momento começam a aparecer aqueles ciclos que se reproduzem continuamente, cujas fases sucessivas compreendem anos, e que desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo de outro (Marx, 1994: 735).

Mais do que o fim de um “pacto” pelo pleno emprego, o desemprego foi gerado pela própria crise, pois a produção de uma população excedente em relação às necessidades médias de expansão do capital é condição vital para a indústria moderna. É necessário verificar se as mudanças que ocorreram nos sistemas produtivos alteraram a produção capitalista em suas determinações essenciais.

O desenvolvimento atual das forças produtivas realiza-se de maneira extremamente segmentada, ao contrário da universalidade que lhe é atribuída. O arcaico e até o pré-industrial convivem com formas avançadas de produzir mercadorias. Estas, por sua vez, cumprem papel vital na manutenção do sistema capitalista como tal. Marx (1994) desvendou as circunstâncias em que a relação mercantilista oculta as desigualdades estruturais do capitalismo, operando pelo fetiche das mercadorias.

Quando a ferramenta foi transferida das mãos do homem para as máquinas, e o proletário surgiu como classe desapropriada dos meios de produção, o capital empenhou-se no controle sobre o processo e ritmo do trabalho - bases da contínua produção e reprodução de sua existência. Avanços tecnológicos, ciclos de expansão ou de crises do capitalismo, igualmente impuseram necessidades constantes de qualificações e

requalificações profissionais, além de alterações nas formas de cooperação, organização, distribuição e redistribuição do trabalho no interior e exterior das empresas e das nações.

Considerando que “a massa humana está submetida ao processo de trabalho para os fins daqueles que a controlam, mais que para qualquer fim geral de ‘humanidade como tal’” (Braverman, 1987:167), trata-se, então, de verificar, desde as indicações de Marx (1994), como se configuram, na divisão técnica, as relações sociais de apropriação, em contraposição ao que seria a função social do trabalho.

De forma geral, o termo tecnologia designa a incorporação de conhecimento científico às máquinas, ferramentas e produtos. Assim definida, a tecnologia é difundida de um setor de produção, de um país ou de uma região para outros, adequando-se às formas assumidas pela divisão internacional do trabalho.

As máquinas podem ser definidas, classificadas e estudadas em sua evolução, de acordo com os critérios que se deseje: por sua força motriz, complexidade, utilização de princípios físicos, etc. Braverman observa que há dois modos de pensar as máquinas: ou pelo do engenheiro, que define a tecnologia como um fato técnico, ou pelo enfoque social, que considera a tecnologia em conexões com a humanidade e, portanto, como um artefato social. A definição técnica da máquina possibilita a compreensão evolutiva da tecnologia pelo êxito dos que a projetaram para eliminar e controlar, continuamente, movimentos desnecessários à realização do trabalho (Braverman, 1987:160). Entretanto, é fundamental defini-la em sua relação com o processo de trabalho e com o trabalhador, como fez Marx (1994: 426-427) para desvendar o aspecto real da maquinaria:

A máquina ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao lhe ser transmitido o movimento apropriado, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que eram antes realizadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Provenha a força motriz do homem ou de outra máquina, a coisa não muda em sua essência. Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta. A diferença salta aos olhos, mesmo quando o homem continua sendo o primeiro motor.

Ao contrário desta visão que ressalta o processo de trabalho como junção entre o homem e a máquina, a literatura restrita da engenharia tende a suprimir o trabalhador das operações, que parecem executar-se a si mesmas, sem atuação humana. Este sonho capitalista manifesta-se com freqüência nas propagandas televisivas, como naquela em que carros são autoproduzidos por robôs humanizados que ao “produzir”, “criam arte”, divulgada por uma montadora ao lançar a série automotiva denominada “Picasso”.

Variações técnicas nas formas de realizar o trabalho têm sido constantes no modo de produção capitalista (do artesão independente à manufatura, desta para as máquinas eletromecânicas e daí para os circuitos

computadorizados), mas é necessário observar, na evolução das máquinas, como suas operações são controladas para assegurar a extração do sobrevalor necessário à contínua reprodução do capital. Marx (1994) verificou, no capitalismo, uma relação objetiva e necessária entre a taxa de mais-valia e o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o que se manifesta pelo duplo caráter que o trabalho assume ao fabricar mercadorias (processo de produção material e valor de uso), ao mesmo tempo em que realiza o processo de valorização (quando acrescenta ao objeto de trabalho um novo valor por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho).

Braverman (1987:167) avalia que a partir das formas primitivas, nas quais simples armações rígidas substituem a mão como guias para o movimento das ferramentas, até os complexos modernos, nos quais o processo é guiado por forças outras além da simples mecânica, a evolução da maquinaria pode ser relatada como uma escalada crescente do controle humano sobre a ação das ferramentas. Tal formulação poderia remeter à noção de que o estudo e a compreensão da natureza têm, como primeira manifestação na civilização humana, o controle crescente pelos seres humanos dos processos de trabalho por meio de máquinas e sistemas de máquinas. Porém, no âmbito das relações sociais de produção em que a maquinaria vem se desenvolvendo, o controle humano converte-se no seu contrário, permitindo que poucos controlem o processo de trabalho sobre massas de homens. A maquinaria não entra no mundo como serva da humanidade, mas como instrumento daqueles a quem a acumulação de capital proporciona a *propriedade* das máquinas.

A capacidade humana para controlar processo de trabalho por meio da maquinaria é exercida pelo gerenciamento desde o início do capitalismo, como principal meio de controle da produção - não pelo produtor imediato, mas pelos proprietários e representantes do capital. “A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos, transformados em simples mecanismos que a ele pertence” (Marx, 1994:408).

Apartados dos meios de produção, os trabalhadores são submetidos ao duplo aspecto da alienação descrito por Marx (1994:153): por um lado, quanto à relação imediata entre ele e o produto do seu trabalho, transformado num objeto estranho que não lhe pertence. Por outro, a alienação que se realiza durante o próprio ato de produzir, quando seu trabalho deixa de ser ato voluntário de uma energia criadora e se transforma em trabalho compulsório.

As relações técnicas e sociais de produção no capitalismo, em cuja sociedade predomina a esfera do valor, transformam a própria capacidade de realizar trabalho em mercadoria, comprada como força de trabalho. Ao vendê-la:

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a “valorização” do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral (Marx, 1994:148).

Marx lembra que o ponto de partida da indústria moderna é a revolução do instrumental do trabalho, que torna supérflua a simples força muscular e possibilita o emprego de mulheres e crianças. A máquina aumenta, assim, tanto o campo específico de exploração do capital (o material humano), quanto o grau de exploração, na medida em que a arregimentação dessa força de trabalho, (“incapaz”, do ponto de vista jurídico) não é mediada pelo contrato direto entre ela e o capital. “O trabalhador, que antes vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha formalmente como pessoa livre, agora vende mulher e filhos”, relata Marx ao descrever as condições em que a produção mecanizada se estende como a forma capitalista predominante no início do século XIX: “Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital” (Marx, 1994:450).

A eficácia e o grau da ampliação da mais-valia dependem do desenvolvimento das forças produtivas e das formas com que serão alocadas, constituindo diferentes reestruturações produtivas. Qualquer organização produtiva cujo objetivo seja o de perpetuar a dominação capitalista, deve ter as técnicas de produção e a dominação gerencial como elementos indissolúveis sobre aqueles que produzem - uma vez que, alheia aos interesses dos trabalhadores, a finalidade da produção (aumento do capital em si) só pode ser realizada por eles sob coerção direta ou velada (Gorz, 1996).

Quanto à organização das técnicas e do trabalho, as diferentes feições das reestruturações produtivas convergem para dois objetivos: aumentar a produtividade no maior grau possível e, desta forma, impor rendimento máximo ao operário, por intermédio da combinação dos meios de produção com as exigências objetivas que eles impõem ao seu manejo. Desde que a produção industrial tornou-se predominante, muito antes de Frederic Taylor, o controle da força de trabalho, para dela tirar o maior rendimento possível, tornou-se central.

Braverman observa as condições pelas quais os produtores associados em pequenas unidades de produção, ao se transferirem para as grandes instalações industriais, perdem o controle sobre o processo de trabalho e se submetem à gerência capitalista. O trabalho assalariado representa um custo para toda hora não produtiva e, ao ser utilizado como valor de uso (pela necessidade do capital em produzir excedente e acumular capital), levou o capitalista a criar novas maneiras para administrá-lo, utilizando-se do



amparo de formas jurídicas que associavam o desemprego a leis sobre vadiagem, impunham prisões, reformatórios e orfanatos aos desempregados e pesados castigos no interior das fábricas, cuja jornada semanal podia ultrapassar 80 horas.

Novas relações sociais emergiram com o capitalismo e estruturaram o processo produtivo. Caracterizam-se pela divisão parcelar do trabalho; pelo caráter antagônico que opõe os que produzem àqueles que administram - respectivamente, trabalhadores portadores de força de trabalho criadora de valor e trabalhadores contratados sob o compromisso de extrair, daqueles, o maior rendimento para o capitalista.

A desigual difusão das tecnologias e da distribuição das riquezas permite a convivência de diferentes modelos de reestruturações produtivas - num mesmo setor ou numa mesma empresa, mas sempre de acordo com as condições mais propícias à valorização do capital. Taylorismos, fordismos e toyotismos; formal, informal, escravizado, adulto, infantil, masculino, feminino. O capitalismo ainda é o mesmo. Nutre-se de milhões de seres humanos cotidianamente explorados. Desde a utilização da energia dos moinhos de água, passando pelo carvão e, deste, para os sistemas eletromecânicos, até os computadores modernos, são cerca de trezentos anos de produção capitalista, com várias aplicações técnicas e gerenciais voltadas para o aumento da produtividade e dos lucros.

Diante dos processos atuais é necessário refletir sobre a grande heterogeneidade das forças produtivas e das relações de trabalho praticadas em diversas empresas em todo o mundo. Supõe-se que “modelos de reestruturações produtivas” estão ainda para ser inventados, tendo como substrato a lógica do capital e a desmobilização das organizações dos trabalhadores, como ocorre sempre nos momentos de crise capitalista. A atual tem evidenciado como nunca as contradições que integram uma pequena elite ao mercado mundial, exclui ou precariza imensos contingentes populacionais e pilham os recursos nacionais, originando, assim, as bases de resistência que podem interpelar as políticas que lhes dão suporte. Isso consiste em fortalecer continuamente as lutas sociais, sem o que, parafraseando Lênin (1987:8), torna-se impossível compreender e confrontar o que representam as guerras e as políticas dos nossos dias, o que pressupõe, essencialmente, enfrentar a natureza econômica do imperialismo.

### **Bibliografia**

- AGLIETA, M. (1986). *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo XXI.
- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.

- BOCCHI, J. I. (1999). *Reprodução do capital: crises e a Escola de Regulação Francesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC.
- BRAGA, R. (1996). *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã.
- BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XXI*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- CORIAT, B. (1993). Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In HIRATA, H. (org.). *Sobre o "modelo" japonês*. São Paulo: EDUSP.
- FARIAS, F. B. de (2000). *O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas*. São Paulo: Cortez.
- GORZ, A. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (org.) (1996). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.
- GRAMSCI, A. (1979). *Maquiavel: a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LÊNIN, V. I. (1987). *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global.
- MARX, K. (1994). *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: vol.1/2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1985). *Grundrisse: lineamentos fundamentais para la crítica de la economia política: 1857-1858*. México: Fondo de Cultura Económica.
- MORAES, A. C. (1996). "O projeto neoliberal e o mito do 'Estado Mínimo'". *Lutas Sociais*, 1.
- OFFE, C. (1989). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense
- SANTOS, A. (2001). *Trabalho e globalização: a crise do sindicalismo propositivo*. São Paulo: Praxis.